

Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde

Plano de Trabalho

Programa de Educação Ambiental de São Paulo (PEA-SP)

Processo IBAMA: 02022.002921/2009

Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (PEA RIO)

Processo IBAMA: 02022.001467/2010



E&P

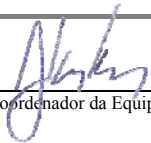
Revisão 00
Jan/2017

 **PETROBRAS**


SUMÁRIO

I – SUMÁRIO EXECUTIVO.....	1
II – RECORTE ESPACIAL	1
III – PÚBLICO DEFINIDO	3
IV – OBJETIVOS	4
IV.1 – OBJETIVO GERAL.....	4
IV.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
V – METODOLOGIA CONSOLIDADA.....	5
V.1 1ª ETAPA - INSERÇÃO COMUNITÁRIA:.....	9
V.2 2ª ETAPA - AÇÕES FORMATIVAS ESTRUTURANTES:	11
V.3 3ª ETAPA - INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E ENCONTROS TEMÁTICOS:.....	13
V.4 4ª ETAPA - PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DO ENCONTRO DE INTERCÂMBIO REGIONAL:	14
V.5 5ª ETAPA - PLANEJAMENTO DA PRÓXIMA FASE DO PROJETO:	14
V.6 ETAPA TRANSVERSAL:.....	15
VI – ATIVIDADES PREVISTAS PARA A ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO.....	16
VII – METAS E INDICADORES.....	16
VIII – PREVISÃO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS (FASE 2)	16
IX – PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	16
X CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	19
XI – RESPONSÁVEL TÉCNICO E CADASTRO TÉCNICO FEDERAL	20
XII – REFERÊNCIAS	20




Coordenador da Equipe




Técnico Responsável

Plano de Trabalho
PBS09RC01

Revisão 00
01/2017

I – SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento apresenta o **Plano de Trabalho (PT) da Primeira Fase do Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde – PEA Costa Verde**, envolvendo os municípios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba, no Estado de São Paulo e Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro. O PEA Costa Verde visa atender condicionantes do licenciamento ambiental federal de empreendimentos marítimos de Exploração e Produção (E&P) de Petróleo e Gás (P&G) da Petrobras na Bacia de Santos, através da implementação de processos educativos no âmbito do desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental Crítica¹, conforme documentos técnicos desenvolvidos pela Coordenação Geral de Petróleo e Gás do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – CGPEG/IBAMA. O PEA Costa Verde integra dois Programas de Educação Ambiental: o de São Paulo e o do Rio de Janeiro.

O atual projeto é fruto das propostas de projeto confeccionadas com subsídios levantados na Caracterização Socioambiental e nos Diagnósticos Participativos (DP) do litoral norte paulista (maio/2011 a setembro/2012), e do sul fluminense (outubro/2012 a junho/2014). Considerando que as regiões abrangidas por esses projetos são contíguas e similares, e a fim de facilitar a implementação e acompanhamento das atividades foi solicitado pelos técnicos da CGPEG/IBAMA a unificação dos PTs dos dois projetos, que passaram a representar o PEA Costa Verde.

II – RECORTE ESPACIAL

O projeto será desenvolvido em 70 comunidades que exercem atividades de pesca artesanal discriminadas na **Figura II-1** a seguir.

¹ O IBAMA ao tratar da “educação no processo de gestão ambiental” salienta que não se trata de estabelecer um outro tipo de educação ambiental, mas da aplicação dos pressupostos da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória nos instrumentos da gestão ambiental pública. Considerando o posicionamento do referido Órgão Ambiental, convencionamos chamar de “Educação Ambiental Crítica” a proposta de educação exercida nesse PEA, pois segundo Carlos Frederico Loureiro, "para a educação ambiental ser emancipatória e transformadora, ela tem que ser necessariamente crítica"

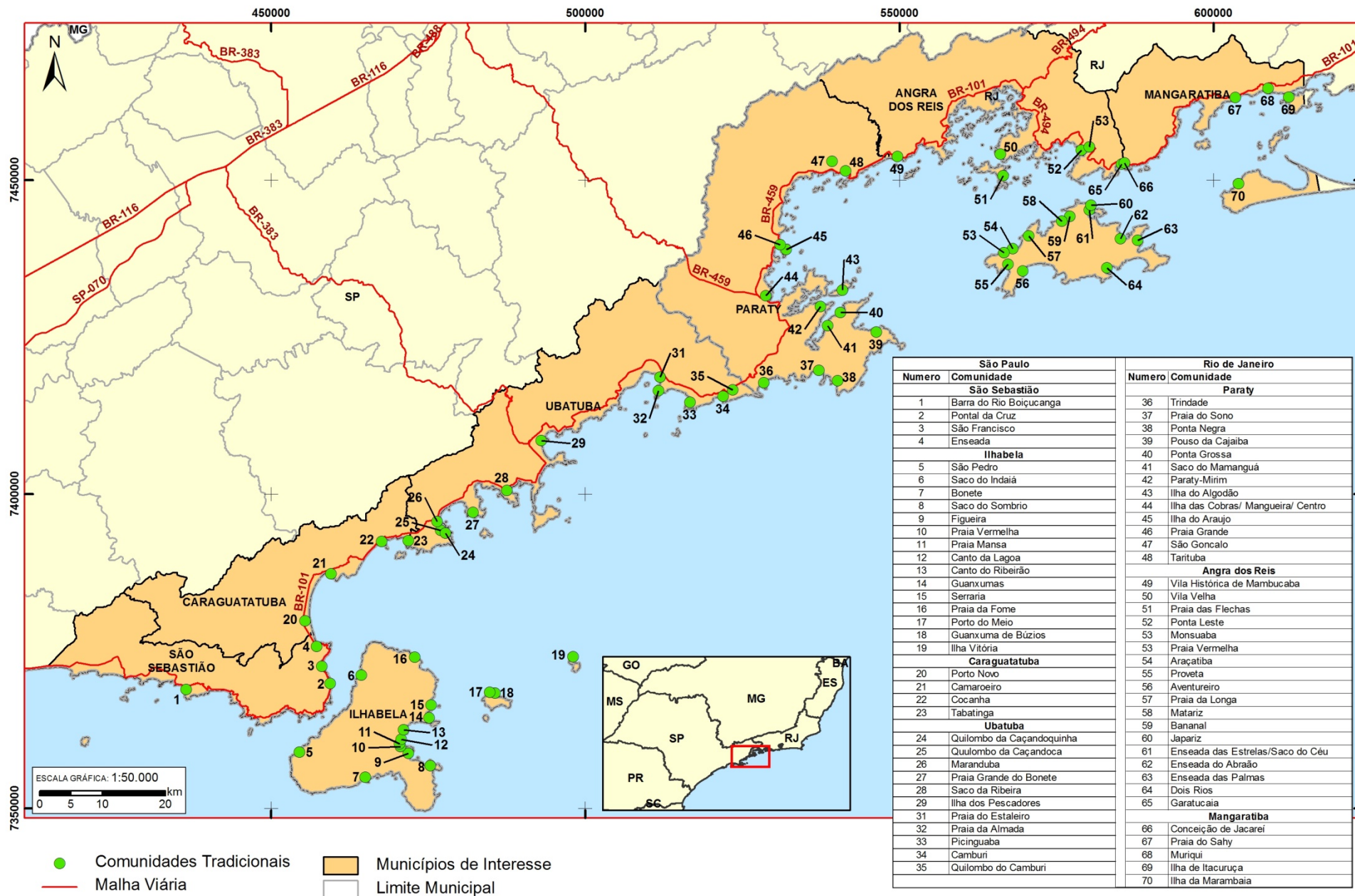


Figura II-1 - Localização das Comunidades Tradicionais

III – PÚBLICO DEFINIDO

O sujeito prioritário, identificado no DP, é constituído por comunidades que exercem a pesca artesanal na região do litoral norte paulista e sul fluminense, sendo as mesmas compostas por pescadores artesanais, caiçaras e quilombolas. A seleção de tais comunidades contempla as solicitações dos Pareceres Técnicos: PAR. 02022.000346/2015-70 CPROD/IBAMA e PAR. 02022.000455/2015-97 CPROD/IBAMA.

Os DPs constataram que o ambiente da pesca ainda é masculino e machista e a mulher está à margem da participação social em grande número de comunidades de pescadores artesanais. A mulher envolvida com as atividades pesqueiras é considerada como ajudante e não como profissional. Diante dessa situação de vulnerabilidade, faz-se necessário considerá-la como destaque do sujeito prioritário.

É comum os grupos de pescadores se identificarem como caiçaras e pescadores artesanais. Muitos falam da herança caiçara, da tradição, do modo de vida e lamentam não mais poder exercer algumas das atividades tradicionais, como o plantio da roça de mandioca e o fabrico da farinha; das festas para agradecer a produção agrícola ou a boa pesca; do extrativismo vegetal. Muitos informaram que hoje a renda adquirida com a pesca é insuficiente. A pesca artesanal está declinando há algum tempo, devido a uma série de fatores: redução dos estoques pesqueiros devido à sobrepesca, alteração das condições ambientais que afetam as espécies alvo (poluição marinha – esgotos domésticos, resíduos sólidos, vazamento de óleo, dentre outros aspectos); esforço de captura da pesca artesanal é menor que o da pesca industrial, que vem se sobressaindo; dificuldades em relação à comercialização que auferem retorno financeiro não condizente ao trabalho e tempo dispendido na atividade; falta de interesse dos jovens na atividade, motivados por acesso a outros benefícios sociais mais relacionados ao modo de vida urbano e; demanda de bens e serviços que exigem maior renda para sobrevivência.

Outro aspecto altamente relevante que compromete o exercício da pesca artesanal e das demais atividades socioculturais tradicionais é a pressão para uso do território caiçara para outros fins: especulação imobiliária – turismo de segunda residência, expansão urbana, implantação de infraestrutura relacionada aos empreendimentos de petróleo e gás, e também, pela consolidação das unidades de conservação (UCs). Boa parte das UCs instaladas na região do PEA Costa Verde foram criadas na década de 1970 e não consideraram a presença de territórios historicamente utilizados pelos povos indígenas e comunidades tradicionais, como caiçaras e quilombolas.

Devido a esses vários fatores, a maior parte dos pescadores vem sendo expulsos ou forçados a comercializar suas terras, em busca de alternativas, assim como, exercer outras atividades não vinculadas ao modo de vida tradicional para complementação da renda.

Os quilombolas são afrodescendentes, de origem escrava e dispõem de seus direitos garantidos pela Constituição de 1988. Contam com Territórios reconhecidos, mas na maioria das vezes, aguardando titulação. Vivem, em geral, da agricultura familiar, do extrativismo, da produção de artesanato e da cadeia do turismo e pesca (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

Foi possível observar ao longo do DP que esses grupos guardam diversas semelhanças entre si, principalmente no que se refere às atividades econômicas e às dificuldades de acesso a crédito, de inserção no mercado, relacionadas à falta de extensão rural e pesqueira, na regularização de documentação necessária para o exercício da atividade, e com a organização formal, além de sofrer restrições da legislação ambiental, principalmente relacionada às UCs, que afetam o modo de vida desses grupos. Estima-se que o número de participantes desse projeto será de 800 pessoas. Entretanto, ressalta-se que não é possível garantir esse número, uma vez que, além da efetividade da mobilização e da relevância/capacidade das atividades previstas de atendimento às demandas desses grupos, a participação depende de fatores pessoais como disponibilidade e interesse dos envolvidos.

IV – OBJETIVOS

IV.1 – OBJETIVO GERAL

Desenvolver processo educativo voltado ao fortalecimento da organização social, política e econômica das comunidades que exercem a pesca artesanal, de forma a contribuir para a participação qualificada na gestão socioambiental e permanência nos territórios onde vivem.

IV.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Estabelecer condições permanentes de acompanhamento e atualização de informações sobre as alterações na dinâmica socioespacial dos territórios pesqueiros² decorrentes da exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de

² Área de uso e ocupação de cada comunidade, considerando não somente os locais de pesca, mas também de exercício de suas outras atividades socioculturais (agricultura familiar, extrativismo, festas, cultos religiosos, moradia, uso coletivo) e de demandas de infraestrutura (vias de acesso, comunicação, sistema de saneamento ambiental, saúde e educação). Essa denominação vem sendo cunhada pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil, há cerca de 5 anos, com maior evidência no nordeste (mpppeloterritorio.blogspot.com).

- Santos - com cuidado especial sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres - de forma compartilhada com as próprias comunidades, gerando controle cidadão;
2. Subsidiar as comunidades que exercem a pesca artesanal com ações formativas, de articulação intercomunitária e interinstitucional que instrumentalizem a participação qualificada nas arenas de tomada de decisão sobre a gestão socioambiental do território;
 3. Promover troca solidária de experiências econômicas que reforcem e agreguem valor às identidades produtivas locais;
 4. Instrumentalizar a construção colaborativa de ações estruturantes que culminem na criação de projetos de Geração de Trabalho e Renda relacionados à cadeia produtiva da pesca artesanal, ao turismo de base comunitária, à cultura e ao artesanato ou projetos relacionados à segurança fundiária;
 5. Planejar a próxima fase do PEA Costa Verde, incluindo nova proposta de regionalização, se necessário, de acordo com a similaridade de demandas levantadas durante a primeira fase.

V – METODOLOGIA CONSOLIDADA

O PEA Costa Verde foi concebido a partir da premissa que as ações a serem desenvolvidas constituirão processo socioeducativo estruturante, ou seja, de fortalecimento socioeconômico e cultural, baseado na construção de um campo de aprendizagem social significativa, que contribua para o controle cidadão e para a intervenção social qualificada. Essa interpretação baseia-se nos pressupostos da Educação Ambiental (EA) no licenciamento e gestão pública (IBAMA, 2002), que se pauta na concepção da EA Crítica (ANELLO, 2009; LOUREIRO, AZAZIEL e FRANCA, 2007; LOUREIRO, 2009), como caminho metodológico para trabalhar as demandas centrais das comunidades envolvidas com a cadeia produtiva da pesca artesanal: permanência no território, protagonismo na gestão socioambiental e geração de trabalho e renda.

Tais princípios da EA dialogam com a educação popular (FREIRE, 1981, 1987, 1992; SCOCUGLIA, 1999), fundamentada na horizontalidade do processo de ensino aprendizagem e no caráter político e emancipatório da educação.

A intencionalidade pedagógica adotada nesse PEA visa, portanto, favorecer a emancipação dos grupos socialmente excluídos e vulneráveis, instrumentalizando-os para participação cidadã nos processos decisórios que envolvem a gestão dos territórios



Coordenador da Equipe



Técnico Responsável

Plano de Trabalho
PBS09RC01

Revisão 00
01/2017

onde vivem e atuam. Para que tal proposta se efetive torna-se necessário desencadear processo de formação e empoderamento que favoreça o acesso e interlocução dessas comunidades às esferas decisórias de gestão pública e ambiental. O protagonismo na tomada de decisão depende de uma interlocução qualificada, de modo a viabilizar:

- Participação da maior parte da comunidade na definição de cenários esperados e desejados para o desenvolvimento socioeconômico e territorial, conforme a dinâmica socioespacial de cada localidade;
- Engajamento em processos de reconhecimento territorial, titulação e regularização fundiária, efetivando direitos já instituídos legalmente;
- Enfrentamento coletivo de situações de expropriação e assédio pela especulação imobiliária, em condições de resistência e de exercício de direitos jurídicos;
- Estabelecimento de acordos de delimitação territorial e/ou de uso de recursos naturais, principalmente em situações de sobreposição com outros territórios igualmente protegidos pela Constituição Federal;
- Posicionamento frente a processos de licenciamento ambiental da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás de novos empreendimentos e/ou em processo de renovação de licenças, inclusive com indicação de condicionantes e/ou de medidas de mitigação e compensação socioambiental para impactos diretos, indiretos e induzidos, com maior ressonância às necessidades de cada comunidade e processos em curso;
- Intervenção em processos de ordenamento territorial em curso na região, que implicam na gestão socioambiental do território pesqueiro tais como: revisão de Planos Diretores Municipais, Leis de Uso do Solo e Planos correlatos (Saneamento, Resíduos Sólidos, Ambientais, etc); criação, revisão de limites, elaboração e revisão de Planos de Manejo de UCs; elaboração e revisão de Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro (Zoneamento Ecológico e Econômico e instrumentos complementares); Planos de Bacias Hidrográficas e outros afins.

A permanência no território está diretamente relacionada à capacidade de enfrentamento das pressões de expropriação territorial a que estão submetidos. Isso envolve, além da interlocução qualificada para participação cidadã, aumentar a capacidade produtiva, seja por meio do fortalecimento da cadeia da pesca, como pelo

incremento a outras atividades econômicas de interesse da comunidade, já em desenvolvimento ou com potencial de implantação.

Assim, o processo socioeducativo do PEA será desenvolvido tendo como fio condutor a realização de ações estruturantes que contribuam para a permanência no território, para agregação de valor às práticas econômicas tradicionais e constituição de novas alternativas de trabalho e renda.

Tomando como base as características socioambientais desse grande território abrangido pelo PEA Costa Verde, indicadas nos DPs, e atualizadas por meio de interação direta com os principais atores sociais que despontam na região, analisando aspectos da situação atual da temática da pesca artesanal e dos conflitos relacionados à manutenção no território caiçara, foi possível identificar algumas ações e temas que podem vir ao encontro das necessidades dessas comunidades. Esses temas serão informados mais à frente, a título de exemplificação e com vistas a subsidiar o planejamento das principais linhas de atuação do PEA Costa Verde. No entanto, a metodologia adotada parte do pressuposto que essas ações serão estruturantes se efetivamente definidas com as comunidades, por meio do processo educativo.

O projeto prevê integração entre a reflexão e a intervenção, leitura do contexto e ação-resposta – exatamente a “práxis” da proposta freireana. Portanto, as ações previstas nesse projeto serão permeadas pela interpretação do contexto socioambiental para participação qualificada nos processos decisórios, mas também pela perspectiva da formação e qualificação profissional (geração de trabalho e renda) e de fortalecimento comunitário. Esse fortalecimento deverá culminar com a elaboração de pré-projetos executivos para a continuidade na fase 2, os quais poderão contemplar ações ainda mais estruturantes, de médio/longo prazos, que consolidem o que foi trabalhado nesta fase 1.

A definição dos temas das ações formativas e de qualificação profissional serão construídos junto com as comunidades, por meio da redefinição de temas geradores e subtemas (prática pedagógica da educação popular). Esse processo deverá ser desencadeado a partir de articulação com o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) que é atualmente uma instituição legitimada como representativa das comunidades pesqueiras tradicionais, em âmbito regional e nacional. A articulação com o FCT permitirá conhecer as ações em desenvolvimento por este Fórum e que estabelecem interface com este PEA, estabelecer parceria para



Coordenador da Equipe



Técnico Responsável

Plano de Trabalho
PBS09RC01

Revisão 00
01/2017

detalhamento das atividades aqui previstas e definir estratégias para contribuir com o trabalho já em curso nas comunidades.

Já se sabe que uma das frentes desenvolvida pelo FCT, com apoio do Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) é a Criação da Central de Turismo de Base Comunitária (TBC), que tem como objetivos ampliar as redes de acesso e divulgação, lutar por políticas públicas, conectar roteiros e impulsionar a autonomia das comunidades tradicionais para a prática do TBC. Entende-se que o PEA Costa Verde pode contemplar ações complementares de aprofundamento, ou simplesmente, aumentar a capilaridade junto às comunidades abrangidas, estendendo, inclusive, até Mangaratiba (não abrangida pelo FCT).

Igualmente, deverão ser contatadas outras entidades e instituições que tenham desenvolvido ou ainda estejam presentes no território da Costa Verde, com ações que impliquem as cadeias produtivas das atividades econômicas praticadas nas comunidades e as questões de titulação de territórios quilombolas e recategorização de UCs, que são diretamente relacionados aos processos de ordenamento territorial em curso. Ressalta-se, ainda, a necessidade de articulação das ações do PEA com as de outros projetos de atendimento às condicionantes de licenças da Petrobras desenvolvidos na região, como o Programa de Ação Participativa da Pesca (PAPP) e o Projeto de Caracterização de Territórios Tradicionais – Caiçaras (PCTT).

Entende-se que este também será o caminho ideal para confirmação/identificação das principais lideranças e formas de organização de cada comunidade, para que seja possível desenvolver roteiros pedagógicos detalhados para as ações de inserção comunitária, incluindo a checagem do tema gerador já identificado no DP: **“gestão ambiental do território”**.

Quanto mais o público prioritário compreende o contexto em que está inserindo, em suas diferentes escalas, bem como as diversas arenas de tomada de decisão que determinam essa conjuntura, tanto mais se tornará resiliente e capaz de gerar estratégias de adaptação às mudanças e de formular alternativas. Isso requer identificar os atores integrantes das arenas, reconhecer suas estratégias de ação e interesses subjacentes, acessar informações e desenvolver capacidade interpretativa suficiente para identificar fatores contribuintes, relações de causa-efeito, interconectividades e caminhos para proposição de soluções.

A análise conjunta da realidade, por meio de decomposição, categorização e posterior síntese, significa trazer a intencionalidade da pesquisa-ação³ à prática educativa: equipe executora e comunidades se tornam investigadores da realidade, com o propósito de melhor compreender para intervir de forma qualificada e estratégica.

O papel da equipe é gerar ambiente desafiador para a instalação do processo de aprendizagem social, trazendo o aporte das diferentes ferramentas (conteúdo técnico-científico, parceria com instituições competentes para esclarecimentos específicos e contribuições no desenvolvimento de ações estratégicas, tradução e interpretação de símbolos e linguagem técnica) para construir a análise e compreensão da realidade em conjunto com a comunidade. Quanto mais se compreende, mais se evidenciam as formas de participação e intervenção.

Dessa forma, as ações estão estruturadas em 5 Etapas Sequenciais, e uma Etapa Transversal, a serem desenvolvidas durante 36 meses, que constituem a Fase 1 do PEA Costa Verde. São elas:

- a) Inserção Comunitária
- b) Ações Formativas Estruturantes
- c) Intercâmbio de Experiências e Encontros Temáticos
- d) Preparação e realização do Encontro de Intercâmbio Regional
- e) Planejamento da próxima fase do projeto
- f) Transversal

A seguir cada uma dessas etapas é apresentada de forma sucinta.

V.1 1ª ETAPA - INSERÇÃO COMUNITÁRIA

Consistirá no primeiro (re)contato com as comunidades e com as instituições representativas, ou que exercem atividades afins a esse projeto, nas localidades abrangidas. As atividades previstas envolvem:

- a) *Análise documental*, a ser desenvolvida pelos Supervisores e Técnicos de Campo, para localização de registros das principais políticas, programas, projetos e ações em andamento na região, consultando: FCT e OTSS; Instituto Pólis/Observatório Litoral Sustentável; Ministério da Pesca; Prefeituras Municipais – Secretarias de Planejamento, Meio Ambiente, Agricultura e Pesca,

³ A metodologia da Pesquisa-ação é desenvolvida por diversos pesquisadores das ciências humanas ou da pesquisa social, com destaque para Thiollent (1992) e configura práticas de investigação em interação com o grupo pesquisado, envolvendo intensa troca de informações e construção do conhecimento e avaliação dos processos sociais em conjunto, para a transformação da realidade.

e Educação e Turismo; Instituto Estadual de Ambiente (INEA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Fundação Florestal, além de ONGs como: Ipema (Ubatuba), Sapê (Angra dos Reis e Mangaratiba), Associação Cunhambebe, Instituto Ilhabela Sustentável entre outras com projetos em desenvolvimento na região. Esses levantamentos deverão gerar resumos que permitam identificar contribuições e conexões com o PEA, atores chave, passos de trabalho que favoreçam a integração, de modo a subsidiar a atividade seguinte.

- b) *Articulação inster institucional*, a ser efetuada pelos Supervisores de Campo, preferencialmente, e/ou Orientadora Pedagógica, envolvendo contato com entidades representantes e instituições atuantes, levantadas no item anterior, para detalhamento de ações em andamento e identificação de demandas atualizadas, comunidades abrangidas e situação atual (dificuldades, conflitos, necessidades, ações bem sucedidas e avanços obtidos), validação das etapas e atividades previstas no PEA, bem como estudar perspectivas de parcerias para desenvolvimento por meio de uma *rede de colaboradores*.
- c) *Visitas exploratórias*, a serem realizadas pelos Técnicos de Campo e Agentes Sociais em todas as comunidades, e nas consideradas mais complexas (que possam apresentar mais resistência), contarão com a presença do Supervisor de Campo. Nessas visitas serão identificadas as lideranças principais e outros possíveis interessados em compor grupo de trabalho para apoiar a organização da atividade seguinte (*Reuniões de Retomada*), a mobilização da comunidade para participação, identificação de demandas iniciais, dificuldades e necessidades para viabilização das reuniões, organização logística (preparo de lanche com produtos locais, sala de trabalho adequada, organização do espaço físico) e também, na medida do possível e do interesse das lideranças, apoiar a apresentação dos materiais para a devolutiva do DP.
- d) *Reuniões de Retomada*, atividade fundamental, de início formal dos trabalhos, consistirá na realização de pelo menos uma reunião em cada comunidade, com cerca de 4h de duração, voltada para o público prioritário, para: apresentação do projeto e dos antecedentes que conduziram a sua conformação; devolutiva do DP, com entrega de material impresso; levantamento de expectativa dos grupos específicos; priorização de demandas, validação ou redefinição do tema gerador e identificação de subtemas; definição de temas prioritários para as *Ações Formativas Estruturantes*; montagem das Comissões Comunitárias.

Essas reuniões deverão ser preparadas com muito cuidado, pois, serão a demonstração inicial do que poderá vir a ser trabalhado nas comunidades a partir do

PEA. Portanto, deverão: ser conduzidas pelos Supervisores, com apoio dos Técnicos de Campo; contemplar diversidade de estratégias pedagógicas, usando grupos de trabalho, relato em plenária, produção de elementos registrados de forma a serem facilmente visualizáveis e linguagem que favoreça a participação de todos.

As Comissões Comunitárias serão importantes para ampliar a mobilização de todo público prioritário ao longo da implementação do PEA, identificar as demandas de esclarecimento, resolução de problemas, difusão de todas as atividades, planejamento e organização das ações formativas estruturantes, em conjunto com a equipe executora.

V.2 2ª ETAPA - AÇÕES FORMATIVAS ESTRUTURANTES

Serão desenvolvidas oficinas ou outras ações educativas, que se repetirão ao longo das próximas etapas do projeto. Tais ações formativas objetivam a intervenção social, ou seja, instrumentalização para implementação de atividades e acompanhamento qualificado de processos em curso (arenas públicas). Abordarão formação, qualificação profissional e estruturação comunitária conforme temas definidos na etapa anterior. Serão constantemente avaliadas e poderão ser trabalhadas de forma agrupada (conjunto de comunidades da região da Costa Verde) ou individualizadas (por comunidade). Deverão orientar a estruturação de atividades de geração de Trabalho e Renda e que contribuam para a manutenção no território, as quais poderão ser desencadeadas em seguida, de acordo com a demanda de cada comunidade ou grupo de comunidades. Nessa etapa serão previstas ações específicas para as mulheres, de modo a favorecer empoderamento e maior visibilidade relacionada às atividades econômicas que praticam.

Conforme já mencionado, prevê-se que as Ações Formativas Estruturantes relacionem-se aos seguintes temas:

1. Geração de Trabalho e Renda (GTR)

a) Economia Solidária: configura-se na organização da produção/comércio dos produtos oriundo da comunidade, de maneira a desenvolver o empreendedorismo, cooperativismo e o comércio justo. Este tipo de economia baseia-se, principalmente na: cooperação e autogestão, sendo que entre os assuntos a serem trabalhados está a organização comunitária, bem como a gestão de projetos e ações desencadeadas no âmbito do PEA Costa Verde e outras iniciativas;

b) Fortalecimento e protagonismo dos pescadores locais na cadeia produtiva para comercialização do pescado de forma direta (sem atravessador), visibilidade e formalização das atividades praticadas pelas mulheres; formação de cooperativas para compartilhamento de equipamentos e comercialização; construção de protocolos de princípios sustentáveis; compreensão e difusão das normativas legais vigentes; proposição de acordos de manejo de recursos pesqueiros.

c) Turismo de Base Comunitária (TBC): entendido como resistência para permanência no território, já em desenvolvimento na região, demandando fortalecimento e maior estruturação.

d) Pesca Artesanal/Maricultura e Piscicultura: consiste em agregar técnicas às práticas já desenvolvidas, para aumento da produtividade em bases sustentáveis e, difundir implantação da maricultura/piscicultura, incluindo espécies comercialmente relevantes;

e) Boas Práticas: certificação de produtos regionais, por meio da promoção de selo “produto de origem controlada”. Instrumentalizar as comunidades para trabalhar com essa perspectiva pode ser importante para apoiar os valores culturais e tradições locais, sendo não só um mecanismo de diferenciação e agregação de valor aos produtos, mas também de desenvolvimento territorial;

f) Educação Diferenciada: projetos político-pedagógicos de inclusão escolar, com conteúdo, metodologia e estruturas construídas para atendimento às necessidades objetivas das comunidades tradicionais, a serem implantados nos territórios onde vivem, com calendário adequado às práticas socioeconômicas e garantia de acesso. Essa demanda poderá ser trabalhada no sentido de elaboração de proposta preliminar, via montagem de um Grupo de Trabalho composto por representantes das comunidades interessadas e, encaminhamento junto à rede de parceiros para estudar as perspectivas formais de viabilização. Embora essa não seja uma atividade ligada diretamente à GTR, sua viabilização pode ser de suma importância para ampliação do acesso à formação escolar básica, com inclusão de temas para qualificação profissional em diferentes frentes, conforme interesse das comunidades.

2. Segurança Territorial

a) Sobreposição Territorial: Comunidades de Pescadores Artesanais e UCs;

b) Territórios Pesqueiros: movimento político social por direito de uso e permanência;

c) Instrumentos de regularização fundiária: Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), Termos de Compromisso, Planos de Uso Tradicionais, recategorização e revisão de limites de UCs;

d) Ordenamento territorial: Plano Diretor Municipal, Gerenciamento Costeiro, Plano de Manejo de UCs e Planos de Bacias Hidrográficas;

e) Empreendimentos turísticos e especulação imobiliária.

3. Indústria de Petróleo e Gás e Licenciamento Ambiental

a) Empreendimentos de exploração e produção de petróleo já implantados e com previsão de instalação: objetivos, descrição das estruturas, etapas de implantação, produção de barris de petróleo e gás, impactos socioambientais e destinação de *royalties*;

b) Licenciamento ambiental: etapas, documentos produzidos, participação social e condicionantes, como medidas mitigatórias e de compensação ambiental;

c) Monitoramento socioambiental de impactos e de cumprimento das condicionantes.

V.3 3ª ETAPA - INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E ENCONTROS

TEMÁTICOS

Esse é o momento de integração e articulação intercomunidades, podendo envolver parceiros estratégicos (rede de apoiadores) dando prosseguimento ao processo formativo estruturante, porém em outra escala, que direciona para ampliação do recorte analítico, conforme os temas de interesse pré-definidos e já trabalhados nas etapas anteriores, descritas a seguir.

a) *Visitas técnicas para intercâmbio entre comunidades*, conforme temas afins, com vistas a conhecer práticas bem sucedidas, discutir problemas comuns, aprofundar e debater temas de interesse, estimular a adesão à práticas consideradas significativas para atender demandas de organização comunitária/enfrentamento de determinados problemas, definir temas de interesse comuns de abrangência regional, formação de comissões intercomunidades para organização dos encontros temáticos; estima-se a realização de oito visitas, com participação média de 10 pessoas (possivelmente membros das comissões), cuja organização deverá ser estruturada pelas comissões, com apoio e presença da equipe executora e parceiros estratégicos, visando fortalecer a autonomia dos envolvidos.

b) *Encontros temáticos*, para aprofundamento de temas de interesse regional, a serem organizados com representantes das comunidades que apresentem afinidade com os respectivos temas; a organização dos mesmos deve ser construída predominantemente pelas comissões, visando estimular seu protagonismo, com participação de toda a equipe executora do projeto como

facilitadora (incluindo Coordenador Geral e Orientadora Pedagógica), acompanhando todas as reuniões de organização e a execução dos mesmos; estima-se a realização de quatro Encontros Temáticos (por meio de quatro reuniões preparatórias), de 8 horas de duração, com participação estimada de cerca de 100 pessoas em cada evento.

V.4 4ª ETAPA - PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DO ENCONTRO DE INTERCÂMBIO REGIONAL

Após todo o processo realizado nas etapas anteriores, deverá ser proporcionada condição de intercâmbio entre os participantes do projeto e socialização de todas as atividades desenvolvidas, por meio de um Encontro de Intercâmbio Regional, contemplando mesas redondas sobre os principais temas que apresentam importância para toda a região e, também, mostra dos produtos decorrentes das atividades socioeconômicas de cada comunidade (artesanato, produtos alimentícios, técnicas desenvolvidas, soluções práticas para problemas comuns, etc.).

O Encontro Regional deverá ter duração de um a dois dias (dirigido às comunidades, com previsão de participação de 300 pessoas). Deverá ser organizado por uma comissão a ser formada por membros das comissões anteriores, com previsão de realização de 4 reuniões preparatórias, com participação direta da equipe executora (incluindo Coordenador Geral e Orientadora Pedagógica) como coordenação compartilhada da execução do encontro. Eventualmente, se houver interesse por parte das comunidades e suficiente articulação institucional, o evento poderá ser estendido e aberto para o público externo, continuando como uma feira de produtos regionais, de modo a gerar visibilidade ao projeto e, ao mesmo tempo, possibilitar comercialização dos produtos.

V.5 5ª ETAPA - PLANEJAMENTO DA PRÓXIMA FASE DO PROJETO

Consiste na formulação do Plano de Trabalho para a Fase 2 do PEA Costa Verde, com a elaboração de pré-projetos executivos, contemplando estudos de viabilidade para os mesmos, para aprofundamento das ações estruturantes desenvolvidas na fase 1. Estes pré-projetos poderão incluir, conforme necessidade, aquisição de equipamentos, implantação de estruturas físicas, investimento em consolidação de atividades produtivas desencadeadas anteriormente. A elaboração dos pré-projetos executivos deverá ser desenvolvida a partir da comissão montada para o Encontro Regional e a rede

de parceiros, com coordenação da equipe executora, por meio de realização das seguintes atividades:

- a) *Reuniões de Repercussão do Encontro Regional*: ao menos uma em cada comunidade, conduzidas pelos Supervisores e Técnicos de Campo, para difundir os resultados da etapa anterior e validar temas para os pré projetos executivos;
- b) *Oficina de Planejamento*: para desenhar o projeto, definindo nova regionalização (se for o caso), etapas principais e atividades, logística, equipe básica/perfil dos profissionais, dimensionamento de equipamentos e estrutura necessária; essa oficina deverá contar com 16h de duração, condução pela equipe executora do PEA (com participação de alguns agentes) e em conjunto com a Comissão Organizadora do Encontro Regional, mais outros comunitários que tenham interesse e a rede de instituições parceiras do PEA, e ainda, convidados/especialistas que possam auxiliar nessa construção.

V.6 ETAPA TRANSVERSAL

Consiste na formação continuada da equipe executora, com instrumentalização para desenvolvimento de todas as etapas previstas no PEA, avaliação constante e adequação das ações, por meio do sistema de monitoramento e avaliação em implantação. A formação será realizada por meio de 13 oficinas trimestrais, com previsão de 8 horas de duração, e uma oficina inicial, de Preparação para o Campo (com vistas a orientar e planejar detalhadamente a Etapa de Inserção Comunitária), com 12 horas. Antes de cada oficina será realizada uma reunião preparatória, entre o Coordenador Geral, a Orientadora Pedagógica e a equipe de Supervisores e Técnicos, para avaliação do andamento do trabalho e definição da programação (conteúdo e estratégias pedagógicas), com vistas a subsidiar a elaboração dos Roteiros Pedagógicos das Oficinas.

Ressalta-se que ao final da quinta etapa está prevista uma etapa de transição, com duração adicional de seis meses, além dos 36 meses previstos no projeto, e que tem como objetivo manter as atividades básicas em execução e as comunidades mobilizadas no período de contratação da consultoria para a execução da Fase 2.

VI – ATIVIDADES PREVISTAS PARA A ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Foi realizado um amplo esforço de revisão bibliográfica e documental para a elaboração do presente PT, que recapitulou não só conceitos fundamentais à execução do projeto, mas também possibilitou a familiarização da atual equipe executora com as atividades de diagnose realizadas até este momento do projeto, bem como permitiu conhecer, por meio de dados secundários, informações atualizadas sobre os temas de interesse do público prioritário desse projeto. Tal conhecimento será consolidado e refinado durante as Reuniões de Retomada e Devolutiva dos DP, por meio das quais será possível obter informações primárias atualizadas.

Ao longo do projeto, ações em desenvolvimento no território serão levantadas e detalhadas por meio de contato direto dos executores com os comunitários, com vistas a identificar demandas comuns, complementaridade e implicações, conforme já indicado especialmente nas *Ações de Inserção Comunitária*.

VII – METAS E INDICADORES

As metas e indicadores a serem utilizados tomarão como base o sistema de avaliação proposto por OGP/Par/PUC-Rio (2016).

VIII – PREVISÃO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS (FASE 2)

O planejamento da próxima fase será baseado nos resultados da consolidação e avaliação de todo o processo desenvolvido ao longo da fase 1, nas demandas advindas de discussões coletivas e na proposição dos projetos de intervenção social construídos, envolvendo as entidades de interesse. O Encontro de Intercâmbio Regional será o momento em que as comunidades poderão apontar demandas que serão consolidadas nas Reuniões de Repercussão do Encontro e na Oficina de Planejamento Participativo, com a Comissão Regional e a rede de apoiadores.

IX – PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

O **Quadro IX-1** apresenta os integrantes da equipe técnica do PEA Costa Verde diretamente envolvida com o planejamento e execução das atividades, bem como os respectivos perfis profissionais. Além dos técnicos relacionados abaixo, a equipe executora contará com 17 Agentes Sociais.

Quadro IX-1 – Relação dos profissionais, suas respectivas atividades e responsabilidades no projeto.

PROFISSIONAL	PERFIL			
	Formação	Cargo	Função/Área de Atuação	Experiência Profissional
Marcos Zabini	Engenharia de Minas, Gestão Ambiental	Gerente Geral	Gerência do projeto	35 anos de experiência em estudos ambientais.
Guilherme H. B. Klaussner	Geografia, Gestão Ambiental, Gestão Urbana	Coordenador Geral	Coordenação técnica do projeto	12 anos de experiência em coordenação de projetos de estudos socioambientais.
Stella Nivis Vivona	Direito, Gestão Ambiental	Coordenadora	Coordenação estratégica do projeto	22 anos de experiência relacionada à coordenação de estudos de impacto ambiental, gestão de licenças ambientais, licenciamento e auditorias.
Eliane Simões	Ciências Biológicas, Educação, Ambiente e Sociedade e Análise Socioinstitucional para Adaptação a Mudanças Climáticas	Orientadora pedagógica	Assessoria pedagógica	30 anos de experiência em projetos de educação ambiental e educação não formal.
Ana Paula Madeira	Jornalismo, Gerenciamento Ambiental, Pedagogia da Cooperação e Metodologias Participativas	Assessora de comunicação	Elaboração de material divulgacional	13 anos de experiência com coordenação de equipes multidisciplinares.
Equipe Executora				
Flávia Navarro	Engenharia Ambiental, MBA em Negócios da Sustentabilidade	Supervisora de Campo	Supervisão de campo em Ubatuba e Caraguatatuba	14 anos de experiência em projetos ambientais e educativos.
Edirlaine Reis	Turismo, Gestão Ambiental	Supervisora de Campo	Supervisão de campo em Ilhabela e São Sebastião	11 anos de experiência em projetos de educação ambiental.
Angélica de Almeida Liaño	Psicologia	Supervisora de Campo	Supervisão de campo em Angra dos Reis (Ilha Grande)	10 anos de experiência com educação não formal
Luciana Calvo Dorta	Bacharel em Comunicação Social, especialização em Educação Ambiental e técnica em Meio Ambiente	Supervisora de Campo	Supervisão de campo em Paraty	12 anos de experiência em programas de educação ambiental
Miriam de Freitas Reis	Ciências Biológicas	Técnica de Campo	Suporte técnico para campo em Mangaratiba e Angra dos Reis	10 anos de experiência em Educação Ambiental

PROFISSIONAL	PERFIL			
	Formação	Cargo	Função/Área de Atuação	Experiência Profissional
Leonardo Estevan	História	Técnico de Campo	Suporte técnico para campo em Ubatuba e Caraguatatuba	8 anos de experiência em educação ambiental e educação não formal.
Debora Redivo	Gestão Ambiental	Técnica de Campo	Suporte técnico para campo em Ilhabela e São Sebastião	6 anos de experiência em projetos de educação ambiental
Amanda Faro	Ciências Biológicas	Técnica de Campo	Suporte técnico para campo em Paraty	9 anos de experiência em gestão participativa de áreas protegidas
2 Técnicos da Frente de Desenvolvimento Temático*	Formação em ciências humanas e/ou biológicas	Técnicos da Frente de Desenvolvimento Temático	Condução de atividades formativas sobre temas de seu domínio	Experiência em projetos que envolvam metodologias participativas. Expertise em temas de interesse das comunidades (pesca, turismo de base comunitária, etc)

* A efetiva contratação desses técnicos depende da celebração de aditivo contratual entre a Petrobras e a Empresa consultora. Assim que forem finalizados os trâmites contratuais o Ibama será informado.

X CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O **Quadro X** apresenta o Cronograma Físico-Financeiro do PEA Costa Verde nos termos do que prevê as Notas Técnicas CGPEG/DILIC/IBAMA N° 01/10 e N°02/10.

Quadro X-1 – Cronograma Físico-Financeiro do PEA Costa Verde.

Cronograma Físico-Financeiro Projeto Costa Verde																																								
Atividades / Meses	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	Valor por Etapa			
1ª ETAPA - Inserção Comunitária																																								
Preparação de Campo	█																																							
Visitas Exploratórias		█	█	█																																				
Retomada de Relacionamento			█	█	█																																			
2ª ETAPA - Ações Formativas Estruturantes																																								
Ações de Formação das Comissões e Comunidades					█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	R\$ 3.055.540,00
3ª ETAPA - Intercâmbio de Experiências e Encontros Temáticos																																								
Intercâmbio de Experiências																																								
Preparação e Realização dos Encontros Temáticos																																								
4ª ETAPA - Preparação e Realização do Encontro de Intercâmbio Regional																																								
Preparação e Realização do Encontro de Intercâmbio Regional																																								
5ª ETAPA - Construção Coletiva da Próxima Fase do Projeto																																								
Elaboração do Plano de Trabalho para a Fase 2 do Projeto																																								
Planejamento da Próxima Fase do Projeto																																								
ETAPA TRANSVERSAL																																								
Formação Continuada da Equipe Executora																																								
Monitoramento																																								
TOTAL																																				R\$ 7.682.836,00				

XI – RESPONSÁVEL TÉCNICO E CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

O **Quadro XI-1** apresenta os autores do Plano de Trabalho do PEA Costa Verde, com os respectivos cargos, itens elaborados e Cadastros Técnicos Federais.

Quadro XI-1 – Relação dos autores e respectivos itens elaborados para o Plano de Trabalho do PEA Costa Verde.

Responsável Técnico	Cargo	Itens Elaborados	Cadastro Técnico Federal
Guilherme H. B. Klaussner	Coordenador Geral	I Sumário Executivo; II Recorte Espacial; III Público Delimitado; IV Objetivos; VI Atividades Previstas para Atualização do DP; IX Perfil dos Profissionais Envolvidos; X Cronograma Físico-Financeiro.	Nº de registro: 3825218
Eliane Simões	Orientadora Pedagógica	IV Objetivos; V Metodologia Consolidada; VII Metas e Indicadores; VIII Previsão de Construção Coletiva das Próximas Ações a serem Implementadas.	Nº de registro: 6662789
Stella Nivis Vivona	Coordenadora	IX Perfil dos Profissionais Envolvidos; X Cronograma Físico-Financeiro.	Não se aplica

XII – REFERÊNCIAS

ANELLO, L. D. F. S. D. **Os programas de educação ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FURG. Rio Grande: 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA.** Diretoria de Educação Ambiental; Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília: p. 102. 2005.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade No Brasil.** Ministério do Meio Ambiente-MMA / Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade. Universidade de São Paulo-USP / NUPAUB. Brasília: 2001.

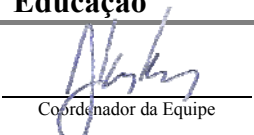
FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.


FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 127 p. Notas: Freire, A. M. A.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Como o IBAMA exerce a educação ambiental? / Coordenação Geral de Educação Ambiental. 2002. Disponível em:




Coordenador da Equipe




Técnico Responsável

Plano de Trabalho
PBS09RC01

Revisão 00
01/2017

<<http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/glossario/>>. Acesso em: 29 de agosto de 2016.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento**. Salvador: IMA, v. 5, 170 p. Série Educação Ambiental. 2009.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: IBASE, 2007.

OGPAR/PUC. **Modelo de Avaliação de Projetos de Educação Ambiental em teste para PEAs da Bacia de Campos (Critérios de Referência para Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação de PEAs no Âmbito do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás**. [S.l.]. 2016.

PETROBRAS. **Relatório Consolidado do PEA-Rio - Baía de Ilha Grande e Baía de Sepetiba**. Relatório Técnico. São Paulo: 2014, 170p.

SCOCUGLIA, A. F. **Origens e perspectivas do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire**. 2ª ed. São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 25, 1999. 25-37 p.

SILVA, A. F. G. **A busca do tema gerador na práxis da educação popular**. 2ª ed. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007. 208p.

TRIMBLE, M.; ARAÚJO, L. G.; SEIXAS, C. S.. **One party does not tango! Fishers' non-participation as a barrier to co-management in Paraty, Brazil**. Ocean & Coastal Management, n. 92, p. 9-18, 2014.



CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
3825218	30/11/2016	30/11/2016	28/02/2017

Dados básicos:

CPF: 307.828.288-09

Nome: GUILHERME HENRIQUE BRAGA KLAUSSNER

Endereço:

logradouro: PRAÇA ROOSEVELT

N.º: 112 Complemento: APTO 221

Bairro: REPÚBLICA Município: SAO PAULO

CEP: 01303-020 UF: SP

Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA

Código CBO	Ocupação	Área de Atividade
2513-05	Geógrafo	Realizar pesquisas geográficas

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais do CTF/AIDA.

A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa física, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelo respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/AIDA não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades, especialmente os documentos de responsabilidade técnica, qualquer o tipo e conforme regulamentação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional, quando exigíveis.

O Certificado de Regularidade no CTF/AIDA não produz qualquer efeito quanto à qualificação e à habilitação técnica da pessoa física inscrita.

Chave de autenticação	9UR9C61DYSE8AHCS
------------------------------	------------------



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
6662789	01/09/2016	01/09/2016	01/12/2016

Dados básicos:

CPF: 022.997.898-39
Nome: ELIANE SIMOES

Endereço:

logradouro: RUA PEIXE GALO
N.º: 115 Complemento:
Bairro: RESSACA Município: UBATUBA
CEP: 11680-000 UF: SP

Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA

Código CBO	Ocupação	Área de Atividade
2211-05	Biólogo	Realizar consultoria e assessoria na área biológica e ambiental

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais do CTF/AIDA.

A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa física, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelo respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/AIDA não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades, especialmente os documentos de responsabilidade técnica, qualquer o tipo e conforme regulamentação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional, quando exigíveis.

O Certificado de Regularidade no CTF/AIDA não produz qualquer efeito quanto à qualificação e à habilitação técnica da pessoa física inscrita.

Chave de autenticação	7X6J37WE87BKS88I
------------------------------	------------------